

# VEZ & VOZ



**Informativo da Associação Cearense do Ministério Público**  
**Fortaleza-CE - Ano V - Nº 18 - Nov./Dez.-2005 / Jan.-2006**

## Editorial

A questão da moralidade e da impessoalidade são as tônicas desta edição do "Vez e Voz". Os princípios constitucionais estão revestidos pelo tema do dia: o NEPOTISMO. As orientações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deram amplitude a questão. Porém, o informativo mostra que não se trata apenas de combater essa prática injustificável e ímproba, especialmente, para aqueles que têm por dever fazer respeitar a moralidade e a impessoalidade na gestão da coisa pública, Ministério Público e Poder Judiciário; mas sim, que se cumpra os princípios constitucionais atribuídos a todos que tenham o poder-dever de zelar pela Administração Pública. A questão não passa somente pelos graus de parentesco, nepotismo puro ou cruzado, para cargos em comissão, serviços terceirizados, mas sobretudo, como foi enfatizado, pela moralidade e impessoalidade que não permitem essas práticas.

Neste aspecto, a Associação Cearense do Ministério Público - ACMP, no dia 18 de março de 2005, muito antes de haver sido trazido a público o nepotismo, ingressou com um Mandado de Segurança Coletivo contra atos da então Procuradora-Geral de Justiça, por ter praticado atos de nepotismo na sua gestão do Ministério Público. O processo ainda se encontra lentamente tramitando.

Ao CNMP e ao CNJ têm sido levantadas teses sobre a inconstitucionalidade de suas atribuições. Esses Conselhos Nacionais vieram em função do não cumprimento, por parte de parcela significativa daqueles que conduzem, ou conduziam, a execução das missões constitucionais do Ministério Público e do Poder Judiciário.

É interessante observar que, apesar de trazer à tona discussões fundamentais como a do combate ao nepotismo, não se pode colocar como dependentes de CNMP e do CNJ as posições que a Constituição nos obriga a tomar. Já existem os instrumentos legais para que seja garantido o acesso à Justiça e a proibição de sua administração. Delegar isto seria referendar as atitudes relapsas que motivaram a criação dos Conselhos. Este é um ponto básico; não procurar em terceiros algo que nos é próprio. Deve-se trazer para o cotidiano, muitas vezes árduo, o exemplo da missão institucional.

E no que se refere ao compromisso com a Instituição, recentemente o *Parquet* cearense, de forma democrática, trilhou um novo caminho. O resultado dessa caminhada foi à aprovação do projeto único de gestão institucional construído pelos Promotores de Justiça, João de Deus Duarte Rocha, Antônio Arcelino Gomes Oliveira e Manuel Lima Soares Filho que compuseram a lista tríplice para escolha pelo Governador do Estado do novo Procurador-Geral de Justiça.

A via percorrida demonstrou a consistência da luta classista que busca o legítimo e devido respeito à vontade democrático-institucional, materializada na idéia de que não se estava votando em três membros do Ministério Público, preferência pessoal e individual, mas sim em um projeto de política institucional de formatação coletiva e realização única. Portanto, formalmente três votos nos candidatos e materialmente um voto em um ideal único.

Agora, o desafio democrático é outro. Eleito o projeto "três em um", nomeado o Promotor de Justiça Manuel Lima Soares Filho, no cargo de Procurador-Geral de Justiça, haverá de ser implementada a gestão institucional compartilhada a cargo dos três Promotores de Justiça escolhidos para cumprir o respectivo programa.

A construção, defesa e aprovação desse projeto somente se tornou possível com a participação de Promotores e Procuradores de Justiça, que unidos, formaram a aliança necessária para que esta antiga e histórica luta institucional de respeito à vontade democrática ministerial se tornasse realidade. A luta e os louros do sucesso são de todos, que, certamente, sendo ouvidos contribuirão mais ainda para que o Ministério Público do Ceará venha realmente cumprir sua missão constitucional de defensor da sociedade.

Boa leitura!



Presidente da ACMP, Gomes Câmara, durante a posse do novo Procurador-Geral de Justiça

## Os desafios institucionais da nova gestão

A posse do novo Procurador-Geral de Justiça, Manuel Lima Soares Filho, no dia 3 de janeiro, na sede da Instituição, foi um momento de representatividade histórica. Pela primeira vez no Ceará um Promotor de Justiça eleito alcança à chefia institucional.

A cerimônia contou com a presença de representantes dos três poderes, do Procurador-Geral da República, estudantes, advogados, juizes, e outros. Foram cerca de 800 pessoas no evento que simboliza a importância do Ministério Público para a sociedade, da qual é o defensor nato.

Com a Constituição de 1988, a Instituição alcançou poderes e garantias sem precedentes. Mas, por outro lado, tornou-se um dos agentes de maior responsabilidade na promoção da cidadania. Atualmente, esta missão é traduzida em alguns desafios como o combate ao nepotismo, à corrupção, à improbidade etc. Não foi à toa que o discurso do Procurador-Geral de Justiça empossado teve essa tônica. Manuel Lima Soares Filho garantiu que em sua gestão não

será admitida a prática do nepotismo. *"O momento histórico indica não haver mais espaços ao que antes era um comportamento tolerado. Servir à coisa pública, jamais servir-se dela é asseverar o significado de República"*, afirmou.

Este posicionamento faz parte de um processo nacional que busca tirar das Instituições públicas o ranço dos interesses privados. As orientações de combate ao nepotismo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estão levando à discussão

nacional posturas contra o favorecimento pessoal que há muito têm sido empreendidas pelo Ministério Público Estadual. Neste ponto, é bom lembrar o mandado de segurança impetrado pela ACMP contra práticas de nepotismo da antiga administração do MPE (ver matéria: Nepotismo: uma questão nacional). Contudo, os traços de apadrinhamento político e patriarcalismo ainda estão muito vinculados à realidade brasileira. É com o desafio de enfrentar os meandros de práticas como essas que a nova gestão assume a PGJ.

### UM PROJETO DE TODOS

No Brasil, o Ministério Público é uma das instituições de maior credibilidade frente à sociedade civil. É comum vê-lo tomando a iniciativa em questões incômodas como nepotismo, improbidade ou corrupção. A postura aguerrida na defesa dos interesses sociais só é real quando, internamente, a Instituição também luta por independência política.

Porém, efetivar essas conquistas na esfera local não é uma tarefa fácil. Foram muitas as tentativas de democratizar o processo de escolha do comando do Parquet. A grande questão era legitimar a escolha e aproximar o Procurador-Geral da base institucional. Em 2005, foi feita uma opção arrojada para garantir que o caminho desse novo projeto político tivesse êxito. A estratégia



**Manuel Lima Soares Filho assume a Procuradoria Geral de Justiça**

São muitos fatores que tornam este momento singular. Indo além da questão oficial, a posse do novo Procurador-Geral de Justiça simboliza o ingresso da primeira instância no comando mi-

nisterial, o combate ao nepotismo e a vitória de um projeto político inovador para o *Parquet*. A última eleição teve uma dimensão histórica por unir Promotores e Procuradores em torno de um projeto coletivo, onde o aspecto pessoal foi colocado de lado em prol de uma renovação política radical. A vitória deste projeto mostrou a realidade do que, para alguns, era improvável. O projeto coletivo foi uma vitória imensa para a Instituição. Os que acompanharam todo o processo puderam constatar um movimento inédito de mobilização da classe. A composição da lista por três Promotores foi, na verdade, um catalizador dos desejos de mudança e da necessidade de uma participação efetiva de todos os membros nos rumos da Instituição. É a força deste movimento coletivo, que busca uma renovação nas práticas do MP Estadual, que deve pontuar a nova gestão.

A força da mobilização pôde ser sentida pela participação expressiva da classe. A luta por um projeto coletivo é longa e, durante as últimas eleições, deu um salto definitivo: quebrou-se o tabu de se ter um Promotor de Justiça eleito na chefia institucional. Isto instiga a democracia, abre espaço para disputas legítimas e dá lugar para a idéia de que todos podem participar. Foi a vitória de todos. Um projeto de renovação há muito esperado no Ministério Público Estadual.

foi apresentar um projeto unificado em três candidaturas, com isso garantiu-se a vitória que a classe esperava há anos. O resultado das urnas confirmou o desejo de renovação e, finalmente, a lista tríplice foi composta apenas por representantes da primeira instância, respectivamente: João de Deus Duarte Rocha, Antônio Arcelino Oliveira Gomes e Manuel Lima Soares Filho.

“Os traços de apadrinhamento político e patriarcalismo ainda estão muito vinculados à realidade brasileira. É com o desafio de enfrentar os meandros de práticas como essas que a nova gestão assume a PGJ.”

## Depoimentos



**Hélio Leitão**  
- Presidente da  
Ordem dos  
Advogados do  
Brasil seccção  
Ceará (OAB-CE)

“Todas as instâncias do País vêm passando por um processo de mudanças positivas. E assim, o Ministério Público do nosso Estado vive esse momento de oxigenação.”



**Antônio  
Arcelino  
Oliveira  
Gomes** -  
Promotor de  
Justiça da  
Comarca de

**Santa Quitéria e um dos integrantes da lista tríplice que concorreu ao cargo da PGJ**

“É um momento inovador em nossa Instituição. Por felicidade o Manuel Lima assume essa função com uma renovação no sentido de buscar uma maior independência do Ministério Público, com uma gestão de compromisso e transparente.”



**Luzimar  
Cunha** -  
Presidente do  
Sindicato dos  
Delegados de  
Polícia Civil  
do Estado do  
Ceará (Sindepol-CE)

“Vejo esse momento com muita esperança, pois o Ministério Público é uma das instituições que tem compromisso com a democracia e com a sociedade.”



**Dom  
Manuel  
Edimilson da  
Cruz** - Bispo  
Hemério de  
Limoeiro do  
Norte

“Eu saí da posse com a impressão muito boa por se tratar de pessoas com propósitos que se baseiam em princípios éticos tão necessários à realidade do Ceará e do Brasil. Agora, eu gostaria que as questões levantadas não fiquem presas a discursos e se reflitam na luta real contra à corrupção, à improbidade, ao nepotismo e à impunidade. Estas chagas que debilitam extremamente o bem estar e a segurança do nosso povo.”

## Discurso

*Permitam-nos, seleta e distinta mesa, destacar Sua Excelência Procurador-Geral de Justiça, ora empossado, Dr. Manuel Lima Soares Filho, para em seus nomes receber nossas cordiais saudações,*

*Colegas Promotores e  
Procuradores de Justiça,  
Demais autoridades,  
Senhoras e Senhores:*

**A** Associação Cearense do Ministério Público – ACMP, neste dia de grande jubilo para o Ministério Público do Estado do Ceará, vem prestar sua mais alta homenagem a todos os seus membros, personagens históricas deste novo rumo, pelo qual foi conduzida a vontade da maioria.

O Brasil vivencia a crise da esperança. Será que o medo venceu a esperança? Claro que não! O medo não venceu a esperança. A esperança se encontra sitiada pelo Estado Mínimo na ante-sala do Estado Social. E assim, a esperança clama por liberdade. A liberdade clama por respeito à Constituição Cidadã. A Constituição Cidadã clama por democracia. A democracia clama pela maioria. A maioria proclama a sua vontade, mas nem sempre é ouvida.

Entretanto, a história nos mostra que é possível se fazer ouvir a vontade da maioria, que é possível avançar contornando obstáculos, que é possível construir estradas reais sem comprometer os alicerces morais; enfim, que é possível construir alternativas viáveis para resgatar a esperança; pois, nenhum obstáculo será suficientemente forte para desviar o caminho da unidade democrática, quando esta unidade for sustentada por princípios.

E foi por esta estrada da dialética da unidade democrática que se viu eleito pela maioria o projeto único patrocinado pelos Promotores de Justiça, João de Deus Duarte Rocha, Antônio Arcelino Oliveira

Gomes e Manuel Lima Soares Filho, fazendo com que esses três candidatos integrassem a lista triplíce; representando, portanto, a maioria; legitimando, assim, o nomeado, Dr. Manuel Lima Soares Filho. E este, sem dúvida, deverá ser o caminho até que tenhamos eleição direta e uninominal.

Todavia, como se percebe, esta estrada que foi percorrida com sucesso no Ceará é transitória; por esta razão, as associações da classe ministerial em todo o país, entre elas a ACMP, capitaneada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, continuarão lutando para que seja respeitada em sua plenitude a vontade democrática Ministerial, com a nomeação do mais votado.

Contudo, a legitimidade do projeto único credencia o Procurador-Geral de Justiça, ora empossado, a cumprir o programa de princípios e metas, conhecido pela simbólica denominação “três em um”, para elevar o Ministério Público cearense à conformação constitucional.

Comenta-se que essa nova gestão será difícil, por conta da firme determinação de Sua Excelência Procurador-Geral de Justiça, ora empossado, em cumprir a missão institucional do Ministério Público cearense, como, por exemplo, eliminar o nepotismo que ainda permeia esta Casa.

Ora, ledo engano de quem assim pensa. Para um homem público, um homem de princípios, um homem de moral ilibada,



**Francisco Gomes Câmara**

como já demonstrou ser o Dr. Manuel Lima Soares Filho, não será difícil cumprir a missão do Ministério Público. Difícil seria descumpri-la; pois, a sua história de luta não permitiria.

Nesta oportunidade, há que se registrar também as sinceras homenagens desta entidade classista aos seus associados Drs. Nicéforo Fernandes de Oliveira e Antônio Ricardo Brígido Nunes Memória que concorreram com os candidatos do projeto único, ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, e assim terminada a eleição, não existem vencedores, nem vencidos, mas simplesmente membros do Ministério Público unidos pelo interesse institucional.

Destarte, a ACMP reafirmando sua independência classista, vem desejar que o novo caminho a ser trilhado pelo Procurador-Geral de Justiça, ora empossado, seja coroado de pleno êxito, e, ainda, conclama a todos os membros do Ministério Público cearense, para que contribuam mais ainda para fortalecer a unidade institucional e, assim, podem ter certeza que a esperança democrática deste novo tempo se tornará realidade.

Parabéns Dr. Manuel Lima Soares Filho!

Sucesso!

**Francisco Gomes Câmara**  
**Presidente da ACMP**

# Nepotismo: uma questão nacional

O Observatório da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte, em um artigo recente, pontuou algumas questões em relação ao nepotismo no âmbito nacional. De acordo com Daniel Pessoa, integrante da rede de observadores, o site de notícias jurídicas "Consultor Jurídico" ([www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)), noticiou que pelo menos em cinco Estados da Federação – Minas, Rio, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Goiás – os parentes dos juízes e desembargadores ajuizaram ações para evitar as demissões que deveriam ser efetivadas até dia 14 de fevereiro.

Em Minas, por exemplo, 68 (sessenta e oito) parentes obtiveram decisões liminares mantendo-os nos cargos, até que haja o julgamento definitivo. Nos outros Estados apontados, vários parentes também conseguiram esse tipo de "apoio institucional" ao nepotismo declarado e inconstitucional. "A questão é que se tem notícia de que isso não são meras ações e processos "comuns". Na verdade, foi uma estratégia traçada para permitir a manutenção dos cargos em favor dos parentes. Porquanto, segundo se colhe, após a concessão das decisões provisórias, ocorreria o famoso e velho "embargo de gaveta". Ou seja, o julgamento definitivo ficaria poster-

*gado indefinidamente, até que os parentes arranjassem outro emprego, com valores compatíveis de remuneração – patamares elevadíssimos. Pensávamos que isso era boato, que não teriam coragem de fazer tamanha indecência e ilegalidade. Infelizmente, a coisa começa a se concretizar no âmbito do judiciário.",* afirma Daniel Pessoa.

Mas, infelizmente, esta não é uma questão pontual, mas uma realidade brasileira. O Tribunal de Justiça de Pernambuco gasta por ano R\$ 4,7 milhões para pagar parentes de magistrados. São R\$ 346 mil por mês para os 98 familiares de desembargadores e R\$ 47 mil para os 13 parentes de juízes empregados em cargos comissionados. O salário mais alto é o de assessor de técnico judiciário, no valor de R\$ 5.270,00. O TJ pernambucano tem 382 cargos comissionados e 316 estão ocupados por funcionários sem concurso, o que representa 82% do total. Destes, 127 são preenchidos por parentes de desembargadores, juízes, advogados e políticos. Os dados são de uma pesquisa da Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a Associação de Juízes para a Democracia.

No caso do Ceará, antes mesmo das disposições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho

Nacional do Ministério Público (CNMP), a Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) já tinha se pautado nos princípios constitucionais e impetrou, em março de 2005, um mandado de segurança coletivo com pedido de liminar contra os atos administrativos praticados pela então Procuradora-Geral de Justiça. Em novembro de 2004, a PGJ havia nomeado 127 pessoas para cargos em comissão quando, por lei, só existem 78. Dentre as nomeações, o mandado de segurança, destacou alguns nomes que exemplificavam o nepotismo e o favorecimento explícitos. Assim, espera-se que a questão do nepotismo não precise de determinações externas e nem fique presa na máquina dos chamados "embargos de gaveta". Segundo o presidente da ACMP, Francisco Gomes Câmara, os mecanismos constitucionais aliados à vontade de fazer são suficientes para se garantir o fim do nepotismo.

## DESTAQUE:

**No dia 06 de janeiro, o Promotor de Justiça da 17ª Unidade das Promotorias dos Juizados Especiais, Dr. Francisco Edson de Sousa Landim, tomou posse como membro do Conselho de Leitores do Jornal "O Povo".**

## MP em pauta: Muito além do nepotismo

A questão do nepotismo é a pauta do dia em diversos jornais. Embora, o combate ao nepotismo possa ser efetuado com instrumentos dados pela própria Constituição, os posicionamentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) trouxeram o tema à tona. Isto levou a uma discussão mais aprofundada da sociedade e também instigou as Instituições a tomarem medidas enérgicas quanto a essa prática condenável. No entanto, para a Associação Cearense do Ministério Público o nepotismo é apenas uma

faceta de várias outras que tentam subjugar o interesse público ao particular. Em declaração dada ao Jornal Diário do Nordeste do dia 20 de janeiro, o presidente da ACMP, Francisco Gomes Câmara, foi taxativo ao afirmar: "Existe algo superior a isso, que são os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade. Eles têm que ser respeitados para evitar beneficiamentos de qualquer espécie. Não adianta se centrar apenas na questão do parentesco. Pode haver favorecimento mesmo em relação a parentes de quarto ou quinto graus, fora das resoluções, e é isso que deve ser evitado."

Na mesma matéria, o presidente da entidade de classe nacional, João de Deus Duarte Rocha, reafirma a necessidade do *Parquet* travar batalhas que ultrapassem o nepotismo e atendam a necessidade de se intensificar o combate à corrupção, à improbidade e ao crime organizado. A cobertura jornalística mostra as mudanças que os novos tempos impõem, mas estas não são mudanças estanques. Se a pauta do dia hoje é o nepotismo, amanhã deve ser outra que garanta a probidade dos serviços públicos e do acesso à Justiça, tenha ela a nomenclatura que tiver.

## Conselho Comunitário: um elemento transformador

**A**tualmente, as experiências de maior destaque no trabalho dos Juizados Especiais estão ligadas aos Conselhos Comunitários. A idéia é referência de cooperação com resultados práticos. O Conselho Comunitário da Parangaba foi criado em janeiro de 2001 e, hoje, já é um multiplicador da experiência que chega a outras regiões de baixa renda como o Pirambu.

Para o Promotor de Justiça, Edson Landim, idealizador do Projeto do Conselho Comunitário de apoio à 17ª Promotoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Parangaba, no trabalho de organização democrática de apoio à Promotoria Pública, os participantes aspiram a ser os olhos e ouvidos do Ministério Público, oxigenados pelos princípios e valores do Estado Democrático de Direito. Na prática, os conselheiros sentem-se ferramentas de transformação da



comunidade em que vivem atuando não só em conjunto com o MP mas também com associações de bairro, comerciantes, professores, estudantes, policiais, representantes de órgãos públicos... É exatamente nessa integração que mora a grande virtude dos conselhos, a virtude de tornar todos parte de um processo. A identificação faz com que seus participantes tomem para si a responsabilidade e se tornem multiplicadores naturais em suas casas, em seus trabalhos, incidentalmente, como parte de sua rotina diária.

Neste aspecto, o papel do Ministério Público diante do conselho comunitário é de liderança, agluti-

nador das demandas coletivas e individuais indisponíveis, ao tempo em que se torna o responsável pelo encaminhamento de soluções das questões que chegam através do Conselho. Segundo a Promotora de Justiça, Antônia Lima Sousa, titular da Promotoria do Juizado Especial Cível e Criminal do Monte Castelo, o trabalho realizado pelo Conselho Comunitário é muito importante porque desmistifica o papel de autoridade da Promotoria de Justiça. Os conflitos são resolvidos de modo compartilhado, demonstrando o envolvimento dos conselheiros através da persistência no trabalho.

## Parangaba realiza abaixo-assinado e traz de volta posto do INSS

Referência nas questões comunitárias, a 17ª unidade das Promotorias dos Juizados Especiais mostrou a que veio ao conseguir a reinstalação do Posto do INSS na Parangaba. Há cerca de três anos, com a saída do posto, 16 bairros das redondezas ficaram sem atendimento. O transtorno foi tão significativo, que a comunidade conseguiu reunir 3.200 assinaturas em um abaixo-assinado enviado a parlamentares e à própria diretoria do INSS. No começo de 2005 a luta começou a surtir efeito com as obras para a reinstalação do posto na área.

De acordo com o Promotor de Justiça da Parangaba, Dr. Edson Landim, a importância da reinstalação na vida da comunidade é fácil de se observar. Só na época em

que o posto fechou as portas, o número de pessoas atingidas era cerca de 18 mil por mês. Além disso, a presença do órgão se justifica não só pela demanda, mas como pela estrutura que o local apresenta com cartórios, bancos, terminais de transporte urbano etc. "Esta conquista prova que quando a sociedade se organiza e exige respeito os resultados aparecem. Eu falo de respeito pela pessoa humana e de uma prestação de serviço público eficaz que atente para esta questão humanitária também. Aquela é uma área carente e, na maioria das vezes, as pessoas não têm dinheiro para pagar sequer o transporte para o centro da cidade ou para áreas mais distantes em busca de atendimento. Esta é uma confirmação da impor-

tância do Conselho Comunitário que viabilizou o abaixo-assinado e mostrou seu papel na luta democrática e na afirmação da cidadania", declarou o Promotor.

O próprio Gerente Executivo do INSS em Fortaleza, José Nunes Filho, ratifica a importância do Posto para o atendimento da área de Parangaba: "Eu avalio que foi uma grande conquista para a comunidade. O grande elemento é a proximidade do órgão com o usuário". Talvez a melhor maneira de se enxergar essa proximidade seja através da manifestação popular que, de forma legítima e organizada, garantiu o atendimento de serviços básicos como contagem de tempo de serviço, aposentadoria por invalidez e outros tão importantes à comunidade.

## Promotorias dos Juizados Especiais investem em capacitação funcional

Tendo a capacitação como uma das principais metas de trabalho, a Secretaria Executiva dos Juizados Especiais promoveu, em novembro, um curso de aperfeiçoamento funcional. Dos 23 participantes, três eram provenientes da própria Secretaria Executiva e os outros 20 das Promotorias dos Juizados Especiais distribuídos pela cidade. As aulas ocorreram durante às segundas-feiras e foram divididas em oito módulos: JECrim – aspectos práticos (ministrado pelo Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho), Noções de Direito Constitucional (Dr. Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro), Legislação Apilacada ao MP (Dr. Antônio Iran Coelho Filho), Língua Portuguesa (Prof. Marcelo Braga), Procedimentos Administrativos e Atendimento ao Público (Dr. Francisco Edson de Souza Landim), Direito do Consumidor (Dr. Ricardo Brígido Nunes Memória), Direito do Idoso (Dra. Maria José Marinho da Fonseca) e Noções de Direito Administrativo (Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira).

A disposição das matérias tinha como objetivo atender à prática dos servidores, assim como



**Servidores recebem certificado de capacitação**

a distribuição das aulas semanalmente foi feita para não prejudicar a atuação rotineira. Como dentre 20 servidores havia um representante de cada Promotoria, a idéia era criar multiplicadores que atuariam gradualmente no sistema, transmitindo em sua unidade o que aprendeu na capacitação.

De acordo com Coordenador da Secretaria Executiva dos Juizados Especiais, Dr. Tadeu Sobreira, há planos de fazer outros cursos ao longo do ano. Mas, neste momento, as atenções estão voltadas para a organização do I Se-

minário dos Juizados Especiais do Estado do Ceará que ocorrerá nos dias 27 e 28 de abril na Procuradoria-Geral de Justiça. Neste caso, o evento é voltado para um público maior que englobe estudantes, Promotores, Juízes e Advogados. Segundo Dr. Tadeu Sobreira, além do Seminário, a Secretaria Executiva promove reuniões mensais como forma de estimular a reciclagem dos profissionais da Instituição. No dia 16 de fevereiro, a reunião abordará o tema das Penas Alternativas, tendo como expositora a Dra. Vanja Fontenele.

## Ação Civil Pública barra aumento de subsídio em 100% aos vereadores de Ipueiras

O Ministério Público Estadual na cidade de Ipueiras impetrou ação civil pública contra a Câmara Municipal e todos vereadores do mesmo legislativo municipal por terem acrescido seus subsídios em 100% (fixando no valor individual de R\$ 2.820,00) por meio de resolução.

A ação partiu do Promotor de Justiça Haley de Carvalho Filho. Segundo ele, a atitude do

poder legislativo de Ipueiras é inconstitucional. "A fixação do subsídio dos membros dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo deve ocorrer por meio de uma lei específica, que é submetida ao instituto da sanção, como forma de controle político. Já a resolução deve disciplinar apenas os atos internos da Câmara", explica.

A ação civil pública foi julgada procedente pelo magistrado Francisco Eduardo Fontenele Batista que determinou a redução do repasse do duodécimo em relação à diferença entre o valor pago anteriormente e agora. O Juiz determinou ainda a devolução aos cofres da Câmara dos valores que foram pagos com base na resolução que foi declarada inconstitucional.

# Momentos da confraternização de final de ano da ACMP



## EXPEDIENTE

### Jornal da ACMP

Nov./Dez.-05/Jan.-06

Ano IV - Nº 17

Publicação da Associação Cearense  
do Ministério Público - ACMP

### Presidente:

Francisco Gomes Câmara

### 1º Vice-presidente:

Antônio Arcelino Oliveira Gomes

### 2º Vice-presidente:

José Raimundo Pinheiro de Freitas

### 1º Secretário:

Marcos Willam Leite de Oliveira

### 2º Secretário:

Elder Ximenes Filho

### 1º Tesoureiro:

Régio Lima Vasconcelos

### 2ª Tesoureira:

Camila Maria Oliveira Saboya

### Repr. dos Prom. Interior:

Herton Ferreira Cabral

### Diretor de Relações

### Públicas e Imprensa:

Alfredo Leonel Chaves

### Conselho Superior:

Manuel Lima Soares Filho / Francisca

Idelária Pinheiro

Linhares / Alfredo Ricardo Holanda

Cavalcante Machado

### Suplentes:

Roza Lina do

Nascimento Maia / Francisco Romério

Pinheiro Landim /

Manuel Pinheiro Freitas

### Jornalista Responsável:

Grazielle Albuquerque

Mtb CE 01545 JP

E-mail: [imprensa@acmp-ce.org.br](mailto:imprensa@acmp-ce.org.br)

### Fotos:

Carlos Bentivi / Prom. do

Monte Castelo

### Tiragem:

1.500 exemplares

### Endereço da Redação:

Rua Dr. Gilberto Studart,

Nº - 1.700, Papicu

CEP 60.190-750,

Fortaleza/CE

Fone/Fax (085) 3265.4600

### Projeto Gráfico:

É Propaganda - 9976.7987